XLVII CONCURSO PARA INGRESSO
À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA DISCURSIVA

GRUPO TEMÁTICO IV

CADERNO DE RESPOSTAS

Nome do Candidato:

Assinatura: _____

Instruções:

- Preencha os campos acima com seu nome assinatura
- A prova é composta por 4 questões dissertativas.
- Este caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- Ao término da prova este caderno deverá ser entregue ao fiscal.
- Não será permitido ao candidato levar consigo este caderno de questões.

Provas de Provas de Direito Institucional do Ministério Público, Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direito do Idoso, Direito das Pessoas com Deficiência e Direito Urbanístico.

QUESTÃO 1

Discorra acerca das hipóteses de perda do cargo de Membro do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O candidato deverá explicar para tanto quais os procedimentos e instâncias decisórias.

QUESTÃO 2

Pedro dos Santos Pereira, 70 anos, viúvo, reside só, em uma casa de poucos cômodos, em bairro humilde de periferia. Sustenta-se de sua aposentadoria de dois salários mínimos e orgulha-se de ter vida independente. Há alguns dias sofreu um acidente doméstico e ficará com mobilidade reduzida até que se cure da fratura do pé e entorses que lhe resultaram. Sua recuperação pode demandar alguns meses, necessitando ele de cuidados e de auxilio, algumas vezes por semana, durante o dia, para poder tomar medicação, alimentar-se e reorganizar sua vida durante esse período. Pedro tem dois filhos, maiores e capazes, que são trabalhadores de baixa renda e não dispõem de tempo para os cuidados com o pai, nem de dinheiro para pagar uma pessoa para prestar esse auxilio. O município, que dispõe de equipes de saúde da família no bairro e equipamentos de assistência social, sugeriu abrigar Pedro em uma instituição de longa permanência para idosos, o que foi terminantemente rejeitado por ele. Dado o impasse, foi acionada a Promotoria de Justiça com vistas a uma internação compulsória de Pedro. Classifique e analise o fato do ponto de vista dos dispositivos constitucionais e legais aplicáveis e indique que medidas devem ser tomadas.

QUESTÃO 3

A interpretação mais consentânea com o modelo eleito pelo ordenamento jurídico pátrio para proteção do patrimônio cultural é a da repartição das competências pela predominância do interesse, razão pela qual se determinado bem não tem relevância para a cultura nacional, o respectivo ente federativo não tem competência para agir na defesa daquele bem.

Tal assertiva é CORRETA ou INCORRETA?

Fundamente sua resposta à luz do(s) diploma(s) e dispositivo(s) pertinente(s), da doutrina especializada e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

QUESTÃO 4

O ordenamento jurídico pátrio contempla direito a ser exercido pelo poder público para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação entre particulares. A mesma Lei especifica atos violadores a esse direito. Partindo de tais premissas, responda fundamentadamente aos questionamentos abaixo, indicando o Diploma Legal e os dispositivos pertinentes.

(a) Que instituto é esse e quais as suas características?

(b) A quem pode ser atribuído tal direito e de que forma pode ser instituído?

(c) Quais os atos violadores a esse direito e como a legislação os caracteriza?

ESPELHOS DE RESPOSTA DAS QUESTÕES DAS PROVAS DISCURSIVAS
APLICADAS NOS DIAS 18, 19, 20 e 21 DE MAIO DE 2015

GRUPO TEMÁTICO IV - QUESTÃO 01

O candidato deverá responder a questão apresentando os seguintes fundamentos jurídicos e legais:

Promotor de Justiça em estágio probatório (não vitaliciado). **(a) Procedimento do estágio probatório (processo de vitaliciamento). Previsão dos artigos 23 a 25 da Lei Estadual nº 6.536/1973.** O Promotor de Justiça em estágio probatório poderá perder o cargo em razão da inaptidão para o exercício do cargo, por decisão do Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, nas avaliações realizadas pela Corregedoria-Geral até o final do 2º trimestre (prosseguimento – art. 24, "caput"), aos 12 meses (permanência – art. 25, "caput") e aos 18 meses de efetivo exercício do cargo (confirmação – art. 25, "caput"). Da decisão transitada em julgado do Conselho Superior do Ministério Público ou da decisão desfavorável do recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, o Procurador-Geral de Justiça providenciará o ato de exoneração (art. 24, § 5º, e art. 25, § 5º). **(b) Impugnação ao vitaliciamento.** O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, antes do decurso do prazo de 24 meses de efetivo exercício do cargo, poderão impugnar o vitaliciamento do Membro em estágio probatório, dirigida a impugnação ao Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores (art. 25-B, "caput" e §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Estadual nº 6.536/1973). **(c) Processo Administrativo-Disciplinar (PAD).** O Promotor de Justiça em estágio probatório que responder a processo administrativo-disciplinar (artigos 135 a 154 da Lei Estadual nº 6.536/1973), nos casos em que cominada a pena de demissão (exercício da advocacia, abandono do cargo por mais de 30 dias, condenação definitiva transitada em julgado por crime doloso incompatível com o exercício do cargo e atos de improbidade administrativa – art. 120, incisos I a IV, da Lei Estadual nº 6.536/1973), e, ao final, vier a ser reconhecida a procedência da portaria pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, perderá o cargo por ato do Procurador-Geral de Justiça, que procederá a exoneração do Membro (art. 120, § 2º, da Lei Estadual nº 6.536/1973).	**4,0 (quatro) pontos**

Promotor de Justiça vitaliciado. O Promotor de Justiça vitaliciado que responder a processo administrativo-disciplinar (artigos 135 a 154 da Lei Estadual nº 6.536/1973), nos casos em que cominada a pena de demissão (exercício da advocacia, abandono do cargo por mais de 30 dias, condenação definitiva transitada em julgado por crime doloso incompatível com o exercício do cargo e atos de improbidade administrativa – art. 120, incisos I a IV, da Lei Estadual nº 6.536/1973), e, ao final, vier a ser reconhecida a procedência da portaria pelo Conselho Superior do Ministério Público, cabendo recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado (art. 128, § 5º, inciso I, da CRFB/1988, art. 38, inciso I e § 1º, da Lei Federal nº 8.625/1993 e art. 4º, inciso I, da Lei Estadual nº 6.536/1973), em ação cível própria destinada à decretação da perda do cargo, ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, perante o Tribunal de Justiça do Estado (art. 120, § 1º, e art. 154, § 5º, ambos da Lei Estadual nº 6.536/1973).	**4,0 (quatro) pontos**

Conselho Nacional do Ministério Público. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conforme art. 130-A, § 2º, incisos III e IV, da CRFB/1988 e art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno do CNMP, poderá aplicar a pena de demissão, com a: (a) **instauração** de processo administrativo-disciplinar (artigos 88 a 105 do Regimento Interno do CNMP); (b) **avocação** de processo administrativo-disciplinar em curso (artigos 106 a 108 do Regimento Interno do CNMP); (c) **revisão** de processo administrativo-disciplinar julgado há menos de um ano (artigos 109 a 115 do Regimento Interno do CNMP). Em se tratando de Membro vitaliciado, há necessidade de ação cível própria destinada à decretação da perda do cargo, ajuizada pelo Procurador-Geral de Justiça, perante o Tribunal de Justiça do Estado.	**2,0 (dois) pontos**

GRUPO TEMÁTICO IV - QUESTÃO 02

O candidato deverá responder a questão apresentando os seguintes fundamentos jurídicos e legais:

Pedro encontra-se em **situação de risco** *em razão de sua condição pessoal* (art. 43, inciso III, do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003) e *por falta de condições de sua família* (art. 43, inciso II, do Estatuto do Idoso).	**2,5 (dois e meio) pontos**

Em razão do art. 2º do Estatuto do Idoso, Pedro deve ter seu atendimento *em condições de liberdade e dignidade*, ou seja, respeito a sua autonomia. E o art. 230, § 1º, da CRFB/1988 determina que os programas de amparo ao idoso *serão executados preferencialmente em seus lares*.	**2,5 (dois e meio) pontos**

Deve o Promotor **instaurar procedimento administrativo**, nos termos do art. 74, inciso V, do Estatuto do Idoso, para apurar o fato e aplicar as *medidas de proteção de acompanhamento e apoio temporários* (art. 45, inciso II, do Estatuto do Idoso) e *tratamento de saúde em regime domiciliar* (art. 45, inciso III, do Estatuto do Idoso), que devem ser requisitadas ao município.	**2,5 (dois e meio) pontos**

Somente no caso de o município demonstrar a impossibilidade de fazer o atendimento domiciliar, especialmente por ser isso inadequado à proteção do idoso, é que se poderá cogitar a possibilidade de institucionalização, ainda que temporária.	**2,5 (dois e meio) pontos**

GRUPO TEMÁTICO IV - QUESTÃO 03

A interpretação mais consentânea com o modelo eleito pelo ordenamento jurídico pátrio para proteção do patrimônio cultural é a da repartição das competências pela predominância do interesse, razão pela qual se determinado bem não tem relevância para a cultura nacional, o respectivo ente federativo não tem competência para agir na defesa daquele bem.

Tal assertiva é CORRETA ou INCORRETA? Fundamente sua resposta à luz do(s) Diploma(s) e dispositivo(s) pertinente(s), da Doutrina Especializada e da Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Respostas:

Incorreta a assertiva. Fundamentos:

(1) Art. 23, III, IV, V e VI, e art. 30, inc. IX, ambos da CF. – **4 pontos**
(2) Lei Complementar nº 140/ 2011 e art. 23, parágrafo único, da CF – **1 ponto**
(3) Art. 216, § 1º, da CF. – **1 ponto**
(4) Art. 216-A, § 1º, inc. IV, da CF, incluído pela EC nº 71/ 2012 . – **3 pontos**
(5) Art. art. 225, da CF. – **1 ponto**

GRUPO TEMÁTICO IV - QUESTÃO 04

O ordenamento jurídico pátrio contempla direito a ser exercido pelo poder público para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação entre particulares. A mesma Lei especifica atos violadores a esse direito. Partindo de tais premissas, responda fundamentadamente aos questionamentos abaixo, indicando o Diploma Legal e os dispositivos pertinentes.

(1) Que instituto é esse e quais as suas características?
(2) A quem pode ser atribuído tal direito e de que forma pode ser instituído?
(3) Quais os atos violadores a esse direito e como a legislação os caracteriza?

Respostas:

(1) Arts. 4º, inc. V, "m", 25 e 26, I a VIII, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. – **3 pontos**
(2) Art. 25, *caput*, e § 1º, da Lei 10.257/01. – **2 pontos**
(3) Art. 27, §§ 5º e 6º, da Lei 10.257/01; art. 52, inc. III e art. 26, do mesmo Diploma; art. 52, inc. VIII e 25 a 27, do Estatuto da Cidade – **5 pontos**.